

STJ00119954

COORDENADORES ORGANIZADORES  
FLÁVIO LUIZ YARSHELL FELIPE RIBEIRO FROIS  
CAMILO ZUFELATO GUSTAVO FAVERO VAUGHN

50 ANOS DA  
**TEORIA GERAL  
DO PROCESSO  
NO BRASIL**

passado, presente e futuro

Londrina/PR  
2024

  
**THOTH**  
EDITORA



© Direitos de Publicação Editora Thoth.  
Londrina/PR.  
[www.editorathoth.com.br](http://www.editorathoth.com.br)  
[contato@editorathoth.com.br](mailto:contato@editorathoth.com.br)

**Diagramação e Capa:** Editora Thoth  
**Revisão:** os organizadores  
**Editor chefe:** Bruno Fuga

#### **Conselho Editorial (Gestão 2024)**

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Júnior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tanifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

50 anos da Teoria Geral do Processo no Brasil: passado, presente e futuro / Flávio Luiz Yarshell, Camilo Zufelato (coords). 1ª reimpressão. Londrina, PR: Thoth, 2024.

779 p.

Inclui bibliografias.

ISBN: 978-65-5959-706-2

1. Teoria Geral do Processo. 2. Processo Civil. 3. Acordos processuais. 4. Precedentes Qualificados. I. Yarshell, Flávio Luiz; II. Zufelato, Camilo (coords).

CDD 341.4

#### **Índices para catálogo sistemático**

1. Direito Processual: 341.4

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

# SUMÁRIO

---

COORDENADORES .....	7
ORGANIZADORES .....	9
AUTORES .....	11
APRESENTAÇÃO .....	21

## CAPÍTULO 1

**Adriano Camargo Gomes**

TEORIA GERAL DO PROCESSO: PRESSUPOSTOS PARA UMA RECONSTRUÇÃO .....	41
Introdução .....	41
1 A teoria geral do processo: uma primeira aproximação.....	42
2 A relação entre teoria geral do processo e o direito processual.....	45
3 A ciência do direito processual e o seu conceitualismo.....	50
4 Pressupostos para a reconstrução da teoria geral do processo .....	54
4.1 A separação entre a teoria geral do processo e a dogmática.....	54
4.2 A utilização de tipologias e a teoria geral do processo.....	57
4.3 A relevância da realidade empírica para a teoria geral do processo.....	62
Considerações finais.....	66

## CAPÍTULO 2

**Antonio do Passo Cabral**

O PRINCÍPIO DO PROMOTOR NATURAL ONTEM E HOJE: RECONFIGURANDO AS ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO .....	69
Introdução .....	69
1 O princípio do promotor natural na sua aceção tradicional. O mimetismo em relação ao juiz natural como decorrente do arranjo institucional brasileiro e das características do MP na Constituição de 1988.....	70
2 Institutos e práticas que demonstram a inadequação do conceito. A necessária	

reconfiguração do princípio do promotor natural .....	76
2.1 A mudança contemporânea na compreensão do juiz natural e das competências dos juízes. O equívoco de espelhar o promotor natural na atividade jurisdicional.....	76
2.2 Forças-tarefa e equipes conjuntas de investigação .....	77
2.3 Articulações cooperativas e compartilhamento de atribuições no processo. A cooperação judicial administrativa. Os procedimentos de decisão administrativa coordenada e sua repercussão na atividade do MP .....	81
2.4 Tensões entre os princípios da unidade do MP e da independência funcional dos seus membros. Problemas de descoordenação em procedimentos de solução de casos repetitivos e interferência seccionada em atribuições de diversos membros do MP.....	82
3 Proposta de sistematização para o desenvolvimento do princípio do promotor natural e das atribuições dos membros do MP.....	84
3.1 A atual morfologia do promotor natural entre legalidade e eficiência. Objetividade, impessoalidade e invariância como núcleo de proteção do princípio.....	84
3.2 Coordenação entre membros e o princípio da unidade do Ministério Público. Integração entre atribuições de diferentes instâncias em casos repetitivos.....	85
3.3 Cooperação entre membros do MP. Proposta de regulamentação em trâmite no Conselho Nacional do Ministério Público .....	87
3.4 Acordos processuais sobre as atribuições ministeriais. A proposta de regulamentação expressa da “convenção de atuação coordenada” entre membros do MP.....	88
3.5 Necessidade de desenvolvimento de estruturas organizacionais e unidades administrativas mais flexíveis. Exemplos do Poder Judiciário .....	90
Conclusão e perspectivas para o futuro das atribuições do Ministério Público....	91

## CAPÍTULO 3

### Arlete Inês Aurelli

O ROL TAXATIVO DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR E A TEORIA DA ASSERÇÃO.....	93
Introdução .....	93
1 Teoria eclética em contraposição à teoria da asserção.....	94
1.1 Teoria eclética.....	95
1.2 Teoria da Asserção ou da Prospecção ( <i>Prospettazione</i> ).....	96
1.3 Teoria adotada pelo sistema processual do CPC/15.....	99

2 Improcedência liminar.....	105
Conclusão.....	111

## **CAPÍTULO 4**

**Bianca Mendes Pereira Richter Boscatto**

RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL NO RECURSO ESPECIAL E O DESTINO DOS REPETITIVOS E DOS INCIDENTES DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: POSSÍVEL NOVO DESENHO PARA O RECURSO ESPECIAL E OUTROS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS NO STJ.....	113
Introdução .....	113
1 Os porquês do questionamento do destino feito do título.....	116
2 Breve Contexto da Relevância no Recurso Especial .....	120
3 Repercussão Geral no Supremo Tribunal Federal .....	124
4 Formas de fixação de precedentes qualificados no Superior Tribunal de Justiça - os recursos repetitivos e o incidente de assunção de competência, em sucinta comparação com a repercussão geral.....	128
5 Relevância no Recurso Especial de acordo com o Anteprojeto de Lei apresentado pelo Superior Tribunal de Justiça.....	131
5.1 Sobre o rito da relevância.....	131
5.2 Sobre as repercussões processuais externas.....	132
Conclusões.....	133

## **CAPÍTULO 5**

**Bruno Augusto Sampaio Fuga**

TEORIA GERAL DO PROCESSO E A PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA: DESAFIOS DIANTE DAS DIVERSAS ESPECIFICIDADES.....	135
Introdução, pensamentos iniciais e notas conclusivas.....	135
1 Natureza jurídica.....	138
2 Novos paradigmas. Direito autônomo de produção da prova .....	139
3 Aspectos <i>sui generis</i> da produção antecipada da prova.....	141

## **CAPÍTULO 6**

**Bruno Vasconcelos Carrilho Lopes**

ALIENAÇÃO DO DIREITO LITIGIOSO E SUAS REPERCUSSÕES SOBRE O OBJETO DO PROCESSO, A EFICÁCIA DA SENTENÇA E A COISA JULGADA.....	161
--	-----

1 O direito litigioso.....	161
2 Momento em que o direito se torna litigioso.....	162
3 A alienação do direito litigioso modifica a demanda?.....	163
4 Não alteração da legitimidade das partes.....	165
5 Sucessão processual do alienante pelo adquirente.....	167
6 O consentimento à sucessão.....	168
7 A intervenção do adquirente como assistente litisconsorcial do alienante.....	169
8 A extensão da eficácia da sentença e da coisa julgada ao adquirente.....	170
9 O terceiro de boa-fé.....	172

## CAPÍTULO 7

**Camilo Zufelato**

RESOLUÇÕES CONSENSUAIS DE CONFLITOS NA TEORIA GERAL DO PROCESSO.....	175
Introdução.....	175
1 O tema das resoluções consensuais de conflitos e sua relação com a teoria geral do processo.....	176
2 As resoluções consensuais de conflitos na obra <i>Teoria geral do processo</i> .....	177
3 A consensualidade no direito positivo brasileiro: novos paradigmas e experiências.....	181
4 Jurisdição, processo e resolução consensual de conflitos na teoria geral do processo.....	185
4.1 Continua. Uma agenda de temas a serem desenvolvidos.....	192
Conclusão.....	194

## CAPÍTULO 8

**Carlos Frederico Bastos Pereira**

REVISITANDO AS FONTES DE NORMAS PROCESSUAIS.....	195
Introdução.....	195
1 Relação entre fontes e normas no direito processual.....	196
2 Duas posições sobre fontes de normas processuais: particularista x pluralista.....	200
3 Perspectivas estática e dinâmica das fontes de normas processuais.....	205
4 Especificamente, a analogia, os princípios gerais do direito e a equidade.....	215
Conclusão.....	218

## CAPÍTULO 9

**Cassio Scarpinella Bueno**

OS 50 ANOS DA TEORIA GERAL DO PROCESSO: UM DEPOIMENTO.....	219
Considerações iniciais.....	219

1 Conhecendo o Professor Antonio Carlos de Araújo Cintra.....	220
2 Conhecendo o Professor Cândido Rangel Dinamarco .....	221
3 Conhecendo a Professora Ada Pellegrini Grinover.....	222
4 Conhecendo a <i>Teoria geral do processo</i> .....	223
5 Meditando com a <i>Teoria geral do processo</i> .....	225
Um convite à guisa de reflexões finais .....	227

## CAPÍTULO 10

**Clarisse Frechiani Lara Leite**

<b>INTERVENÇÃO DE TERCEIROS E ESCOPOS DO PROCESSO.....</b>	<b>229</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>229</b>
<b>1 Conceito de intervenção de terceiros.....</b>	<b>230</b>
<b>2 Partes e terceiros.....</b>	<b>230</b>
<b>3 Intervenção no mesmo processo.....</b>	<b>232</b>
<b>4 Classificações úteis à compreensão das intervenções de terceiros.....</b>	<b>233</b>
<b>4.1 Intervenções típicas ou atípicas.....</b>	<b>233</b>
<b>4.2 Intervenções voluntárias ou provocadas.....</b>	<b>234</b>
<b>4.3 Intervenções por iniciativa de parte ou do juiz .....</b>	<b>235</b>
<b>4.4 Intervenções que ampliam e que não ampliam o objeto do processo.....</b>	<b>235</b>
<b>5 Panorama das modalidades de intervenção de terceiros no sistema processual civil brasileiro.....</b>	<b>235</b>
<b>6 Interesse jurídico para a intervenção do assistente à luz do escopo jurídico do processo.....</b>	<b>237</b>
<b>7 Denúnciação da lide, chamamento ao processo e escopo jurídico.....</b>	<b>238</b>
<b>8 Intervenção do <i>amicus curiae</i> e escopos políticos do processo.....</b>	<b>240</b>
<b>9 Desconsideração da personalidade jurídica e escopo político.....</b>	<b>241</b>
<b>10 As intervenções por ordem do juiz, entre os escopos social de pacificação, político (participação) e jurídico (efetiva atuação do direito material).....</b>	<b>242</b>
<b>Fechamento: intervenções em geral e escopos do processo.....</b>	<b>243</b>

**Elie Pierre Eid**

<b>A AUTOTUTELA NA TEORIA GERAL DO PROCESSO.....</b>	<b>247</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>247</b>
<b>1 A visão da teoria geral do processo sobre a autotutela.....</b>	<b>248</b>
<b>1.1 Monopólio da jurisdição e da força pelo Estado.....</b>	<b>248</b>
<b>1.2 Submissão pessoal e violência.....</b>	<b>251</b>
<b>1.3 Papel residual da tutela de interesses por iniciativa do seu titular.....</b>	<b>254</b>
<b>1.4 O método de analisar os diversos meios de solução de conflitos a partir da</b>	

teoria geral do processo.....	257
2 Autotutela no quadro dos meios de solução de conflitos.....	258
2.1 Tutela jurídica unilateral e direta pelo interessado.....	258
2.2 Fundamentos contemporâneos da autotutela.....	259
2.2.1 Origem do poder.....	260
2.2.2 Regulação do poder.....	262
2.2.3 Objeto do exercício do poder.....	263
Conclusões.....	264

## **CAPÍTULO 12**

**Felipe Ribeiro Frois**

**Igor Campos Oliveira**

### **NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE O CONCEITO DE JURISDIÇÃO NO BRASIL: TRANSFORMAÇÕES NA TEORIA GERAL DO PROCESSO?.....**

Introdução: o surgimento da Teoria Geral do Processo no Brasil e a jurisdição como instituto fundamental do processo .....	265
1 As noções clássicas de jurisdição na doutrina italiana e brasileira .....	267
2 As novas propostas de definição de jurisdição no Brasil .....	273
3 Reflexões acerca das novas propostas de definição de jurisdição no Brasil: transformações na Teoria Geral do Processo?.....	279
Conclusões.....	283

## **CAPÍTULO 13**

**Fernando da Fonseca Gajardoni**

### **A FUNGIBILIDADE COMO PRINCÍPIO GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....**

Introdução .....	287
1 A fungibilidade como corolário do princípio da cooperação.....	288
2 Requisito para a aplicação do princípio da fungibilidade .....	292
3 Método de aplicação do princípio da fungibilidade.....	292
4 Aplicações práticas da fungibilidade.....	294
4.1 Fungibilidade entre ritos e demandas.....	294
4.2 Fungibilidade entre defesas.....	297
4.3 Fungibilidade entre procedimentos liquidatórios.....	299
4.4 Fungibilidade entre tutelas provisórias de urgência .....	301
Conclusão .....	303



**CAPÍTULO 14****Flávio Luiz Yarshell****Gustavo Favero Vaughn****Michael Fernandez**

PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA SEM O REQUISITO DE URGÊNCIA, *DISCOVERY* E PROCESSO: ALGUMAS REFLEXÕES EM PROL DA POSSÍVEL MAXIMIZAÇÃO DO ART. 381, II E III, DO CPC.....305

1 Uma provocação.....	305
2 Premissa fundamental.....	306
3 Considerações gerais sobre o art. 381 do CPC.....	309
4 Segue: produção antecipada de prova e processo arbitral.....	312
5 O modelo norte-americano de <i>discovery</i> entre o processo judicial e o processo arbitral.....	317
6 Uma proposta: em favor da ampliação do escopo de aplicação do art. 381 do CPC.....	321
Conclusão.....	324

**CAPÍTULO 15****Fredie Didier Jr.****Leandro Fernandez**

O ENSINO DO SISTEMA BRASILEIRO DE JUSTIÇA MULTIORTAS...325

Nota introdutória.....	325
1 Panorama do ensino sobre o sistema de justiça multiportas no Brasil.....	326
2 Posição da disciplina Introdução ao Sistema Brasileiro de Justiça na grade curricular na graduação em Direito e relação com outras disciplinas.....	329
3 Conteúdo da disciplina Introdução ao Sistema Brasileiro de Justiça.....	331
3.1 Conceitos elementares.....	331
3.2 Características do sistema.....	336
3.3 Modos de solução de problemas jurídicos.....	344
3.4 Institutos catalisadores do sistema.....	345
3.5 Tecnologia e sistema de justiça.....	346
4 Proposta de disciplina na graduação em Direito.....	346
5 A disciplina Sistema Brasileiro de Justiça como componente curricular no mestrado e no doutorado em Direito.....	347
Conclusões.....	347

**CAPÍTULO 16****Guilherme Recena Costa**

AN ESSAY IN FAVOUR OF THE PUBLICATION OF ARBITRAL AWARDS...349

Introduction .....	349
1 Precedent Generally .....	349
2 Precedent and Commercial Arbitration .....	352
3 Dearth of Precedent and Critique of Arbitration .....	354
4 The Problem with Confidentiality of Arbitral Awards .....	356
5 The Case for Systematic Publication of Awards.....	359
Conclusion.....	361

**CAPÍTULO 17****Guilherme Setoguti J. Pereira****Amanda Kalil Soares Leite**

A PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS SEM O REQUISITO DA URGÊNCIA E A ARBITRAGEM..... 363

Introdução e colocação do problema.....	363
1 A arbitragem na teoria geral do processo.....	364
2 A situação do problema na doutrina.....	365
3 A questão na jurisprudência.....	369
4 Possíveis soluções.....	372
Conclusão.....	377

**CAPÍTULO 18****Gustavo Badaró**

TEORIA GERAL DA PROVA: DAS DIFERENTES VERDADES AOS STANDARDS DE PROVA..... 379

Introdução.....	379
1 Da inapropriada distinção entre verdade formal e verdade material, à luz da epistemologia judiciária.....	382
2 Dos <i>standards</i> de prova: diferenças de níveis de satisfação.....	387
3 Ônus da prova: da distribuição entre as partes a sua atribuição unilateral ao acusador .....	394
Conclusões.....	400

**CAPÍTULO 19****Homero Batista Mateus da Silva****Denise Vital e Silva**

DILEMAS HISTÓRICOS DA AFIRMAÇÃO DOGMÁTICA DO PROCESSO DO TRABALHO E SUA ARTICULAÇÃO NA TEORIA GERAL DO PROCESSO.....	403
Portas abertas para a aplicação do Código de Processo Civil.....	403
1 Teoria da subsidiariedade por instituto.....	406
2 Teoria do isolamento dos atos processuais.....	407
3 Teoria dos procedimentos concretizadores.....	408
4 Incompatibilidades processuais e procedimentais.....	409
5 Confronto do art. 15 do CPC de 2015 com o art. 769 da CLT.....	412
6 Casuística: alguns impasses da subsidiariedade processual.....	416

**CAPÍTULO 20****Humberto Theodoro Júnior**

JURISDIÇÃO E NORMATIZAÇÃO JURÍDICA: A DECISÃO JUDICIAL COMO FONTE DE DIREITO.....	427
Introdução .....	427
1 Histórico da evolução da jurisprudência como fonte do direito, no Brasil....	429
2 Fundamentos da força vinculante da jurisprudência.....	432
3 A jurisprudência vinculante e o princípio da legalidade... ..	434
4 Limites da função normativa complementar da jurisprudência.....	435
5 Características do direito jurisprudencial brasileiro: súmulas e teses.....	438
6 Heterogeneidade do casuísmo legal de estabelecimento da jurisprudência vinculante (CPC, art. 927).....	440
Conclusões.....	441

**CAPÍTULO 21****José Carlos Baptista Puoli**

JURISDIÇÃO E COERÇÃO .....	443
Introdução .....	443
1 A Teoria Geral do Processo e a substitutividade como característica da jurisdição .....	443
2 As obrigações de fazer e não fazer e as alterações legislativas tendentes a efetivar a execução específica.....	445
3 Obrigação de pagar e coerção .....	448

4 A motivação da decisão do STF: descrição de objetivos da regra legal e cautelas para aplicação da medida coercitiva atípica .....	451
5 O uso da coerção no processo civil e o ordenamento jurídico-processual brasileiro “pós” julgamento da ADI nº 5.941 .....	453
Conclusão.....	454

## **CAPÍTULO 22**

**Leonardo Greco**

A EVOLUÇÃO DO DIREITO PROBATÓRIO E A TEORIA GERAL DO PROCESSO .....	455
---	-----

## **CAPÍTULO 23**

**Lia Carolina Batista Cintra**

O QUE É, AFINAL, E PARA QUE SERVE A TEORIA GERAL DO PROCESSO?.....	461
--	-----

## **CAPÍTULO 24**

**Lucas Buril de Macêdo**

CRÍTICA AO EFEITO DEVOLUTIVO COMO ELEMENTO CENTRAL DA TEORIA GERAL DOS RECURSOS .....	471
Introdução: a relação recursal e o efeito devolutivo.....	471
1 Efeito devolutivo: noções gerais .....	473
2 Os limites da devolução.....	478
2.1 Capítulos e questões impugnadas .....	478
2.2 Questões suscitadas, porém não impugnadas.....	481
2.3 Matérias que não foram conhecidas.....	483
2.4 Questões cognoscíveis de ofício .....	485
3 Críticas ao efeito devolutivo como categoria central da Teoria Geral dos Recursos .....	486
3.1 Gigantismo inconsistente do efeito devolutivo: um fruto impossível dos modelos processuais inquisitório e dispositivo .....	486
3.2 Ainda sobre o gigantismo do efeito devolutivo: necessidade de atrelá-lo ao mérito dos recursos .....	489
3.3 Incapacidade de o efeito devolutivo representar o nível discursivo do recurso: referência exclusiva aos limites objetivos da demanda original.....	492
3.4 Ampla abertura para o caos pragmático decorrente da opção pela devolução integral somada à exigência de causa de pedir recursal .....	498

Conclusão .....	505
-----------------	-----

## **CAPÍTULO 25**

**Luciano Vianna Araújo**

FLEXIBILIZAÇÃO PROCEDIMENTAL: POR QUE LIMITAR OS DEVERES-PODERES DO JUIZ EM MATÉRIA DE FLEXIBILIZAÇÃO PROCEDIMENTAL? .....	507
--	-----

O livro *Teoria Geral do Processo* e a evolução histórica do direito processual brasileiro.....507

Introdução .....

508
-----

1 Noção histórica: do procedimento único à flexibilização procedimental...509

2 Técnica processual .....

511
-----

3 Princípio da colaboração ou da cooperação .....

512
-----

4 Flexibilização procedimental .....

515
-----

5 Flexibilização procedimental no processo legislativo do novo CPC.....519

6 A flexibilização procedimental por parte do juiz.....523

Conclusão.....526

## **CAPÍTULO 26**

**Luis Fernando Guerrero**

INSTITUTOS FUNDAMENTAIS E A TEORIA GERAL DO PROCESSO...527
--

Introdução e Objetivo.....527

1 Ação e Jurisdição - avanços.....529

2 O Processo e seus significados.....533

Conclusão.....538

## **CAPÍTULO 27**

**Márcio Bellocchi**

SOBRE UM NOVO CONCEITO DE JURISDIÇÃO.....541
--

Já entrando no Tema.....541

1 O Conceito Clássico de Jurisdição.....543

2 O Mito da Jurisdição como Atividade Exclusiva do Estado.....544

3 A Jurisdição como Fonte de Criação do Direito entre as Partes.....545

4 Normas: só para as partes?... E a Jurisdição, na atualidade?.....549

Uma proposta breve e contemporânea de conceito de Jurisdição.....554

**CAPÍTULO 28****Maria Thereza de Assis Moura**

BREVÍSSIMAS NOTAS SOBRE A FLUÊNCIA DOS PRAZOS NO PROCESSO PENAL E A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	557
Os 50 anos da Teoria Geral do Processo no Brasil: uma breve introdução....	557
1 A Teoria Geral do Processo e os prazos processuais.....	558
2 A fluência dos prazos de direito penal e processual penal.....	559
3 O Recurso Especial e os prazos processuais na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça .....	561
4 O agravo em processos de natureza criminal no Superior Tribunal de Justiça.....	566
5 Os embargos declaratórios e a fluência dos prazos processuais.....	570
6 O prazo dos embargos de divergência no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.....	572
Considerações Finais.....	574

**CAPÍTULO 29****Olavo de Oliveira Neto**

O BINÔMIO 'DECLARAÇÃO-EXECUÇÃO' NA ATUALIDADE.....	577
Introdução.....	577
1 Os efeitos primários da sentença que presta tutela de conhecimento.....	579
2 Satisfação da pretensão.....	583
3 Tutela executiva e suas espécies.....	585
Conclusões.....	588

**CAPÍTULO 30****Oreste Nestor de Souza Laspro****Beatriz Valente Felitte**

A IGUALDADE ENTRE AS PARTES NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO: UM BREVE PANORAMA DE SUA EVOLUÇÃO NA TEORIA GERAL DO PROCESSO.....	591
Preliminarmente: os 50 anos da Teoria Geral do Processo no Brasil.....	591
1 Igualdade Material x Igualdade Processual.....	593
2 Igualdade, Isonomia e 'Paridade de Armas': as diversas nomenclaturas da ideia de proteção ao vulnerável processual.....	595
3 Principais vulnerabilidades processuais: a crescente evolução na busca da	

efetiva paridade e seus marcos normativos.....	599
Conclusões.....	611

## **CAPÍTULO 31**

**Paulo Henrique dos Santos Lucon**

**Raul Longo Zocal**

CONDUÇÃO EFICIENTE DOS PROCESSOS ARBITRAIS E DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	613
Introdução.....	613
1 Arbitragem e eficiência.....	614
2 Devido processo legal arbitral: modelo para um processo arbitral eficiente... 616	
3 Documentos internacionais de <i>soft law</i> : utilização para condução eficiente da arbitragem.....	620
Conclusão.....	623

## **CAPÍTULO 32**

**Ricardo de Barros Leonel**

SISTEMA E TEORIA GERAL DO PROCESSO .....	625
Introdução .....	625
1 Conceito de sistema.....	627
2 Processo civil em evolução .....	629
3 Linhas fundamentais do processo contemporâneo .....	629
4 Valorização dos entendimentos consolidados .....	631
5 O incremento do denominado modelo constitucional do processo.....	632
6 Valorização da consensualidade.....	634
7 Necessidade da referência sistêmica oferecida pela Teoria Geral do Processo.....	637
8 Organicidade e escopo.....	639
A título de conclusão .....	639

## **CAPÍTULO 33**

**Ricardo de Carvalho Aprigliano**

A ARBITRAGEM NA TEORIA GERAL DO PROCESSO.....	641
Introdução.....	641
1 A Teoria Geral do Processo em seu constante desenvolvimento.....	642
2 Institutos fundamentais da Teoria Geral do Processo aplicados ao processo arbitral .....	646

2.1 Jurisdição .....	646
2.2 Ação .....	650
2.3 Defesa .....	655
2.4 Processo.....	659
2.4.1 Distinção entre processo e procedimento.....	662
2.4.2 Aplicações à arbitragem da distinção entre processo e procedimento.....	664
Conclusão.....	666

## CAPÍTULO 34

**Susana Henriques da Costa**

DA LIDE À PIRÂMIDE DA LITIGÂNCIA: O CONFLITO COMO OBJETO DE ESTUDO DO DIREITO PROCESSUAL.....	669
Introdução.....	669
1 A polêmica entre Carnelutti e Calamandrei sobre o conceito de lide.....	670
2 O resgate do conflito sociojurídico como objeto do direito processual.....	673
3 O acesso à justiça e a pirâmide da litigância de Felstiner, Abel e Sarat.....	675
Considerações finais.....	680

## CAPÍTULO 35

**Teresa Arruda Alvim**

PRECLUSÃO – UM TEMA DE ONTEM, DE HOJE E DE SEMPRE.....	683
Introdução .....	683
1 Uma noção do instituto.....	685
2 Preclusão e pedidos de reconsideração.....	690
3 Preclusão <i>pro judicato</i> e prova.....	700
4 Preclusão <i>pro judicato</i> e tutela provisória.....	711
5 Pedidos de esclarecimento.....	718
6 Exceção de pré-executividade e embargos.....	721
7 Agravo não admitido. Posterior manejo da apelação. Preclusão consumativa?.....	725
Reflexões conclusivas.....	731

## CAPÍTULO 36

**Thiago Rodvalho**

A ARBITRAGEM NA TEORIA GERAL DO PROCESSO.....	733
Introdução.....	733
1 Natureza jurídica da arbitragem .....	735



2 A consequência da natureza jurisdicional da arbitragem: sua inserção na teoria geral do processo, especialmente no direito processual constitucional.....	738
2.1 O direito processual constitucional e o contraditório.....	741
Conclusão.....	743

## CAPÍTULO 37

### Viviane Siqueira Rodrigues

#### AUTOCOMPOSIÇÃO NO DIREITO ANTITRUSTE E NA TUTELA DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO.....

Introdução: o tema e sua relevância à luz da teoria geral do processo.....	745
1 O consenso no direito antitruste e na tutela administrativa e judicial da moralidade e do patrimônio público.....	747
2 Identificação do objeto do acordo e dos respectivos titulares do direito: a legitimidade ordinária para a revisão ou impugnação do acordo.....	753
3 Legitimidade extraordinária nos acordos de leniência e de não persecução civil. Limites para a coordenação entre as autoridades públicas?.....	759
4 A legitimidade de qualquer cidadão.....	763
Conclusões.....	764

## CAPÍTULO 38

### Sidnei Beneti

#### DA LIMITAÇÃO DO MONOCRATISMO NOS TRIBUNAIS.....

1 Recusa inicial do monocrático.....	765
2 Razões de não-uso da opção monocrática .....	766
3 Adoção forçada no Superior Tribunal de Justiça .....	767
4 Escritos antimonocráticos .....	767
5 Pulverização dos Tribunais .....	769
6 Opacidade processual.....	770
7 Desfiguração de precedentes .....	770
8 Incremento do número de recursos intermediários .....	771
9 Duração do “processo como fonte autônoma de males”.....	771
10 Aumento da onerosidade processual .....	773
11 Isolamento de não-relatores .....	773
12 Dificuldade de identificação de casos: <i>precedentes anônimos</i> .....	774
13 Multiplicação de siglas desindividualizadoras do recurso .....	775
14 Intranquilidade de Advogados e partes .....	775
15 Alternativas à admissibilidade recursal monocrática .....	776
16 Perplexidade derradeira.....	778